



**BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS: A
EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO BANCO DE PALMAS**

**COMMUNITY DEVELOPMENT BANKS AND SOCIAL COINS: THE PIONEER
EXPERIENCE OF THE PALMAS BANK**

Elohá Cabreira Brito¹
Carolina Masiero Oliveira²

Resumo

O crescimento e desenvolvimento econômico são importantes para todo os países, sendo um dos objetivos da maioria dos governos. Contudo, nem sempre as políticas de desenvolvimento têm a abrangência necessária a atingir a todos, legando parcela significativa da população à margem deste processo. Neste contexto, os Bancos Comunitários surgem como uma alternativa ao proporcionar desenvolvimento local sem o envolvimento direto do Estado, inclusive sem custos a este. Possibilitam o desenvolvimento local e solidário da região em que se instalam através da oferta de créditos de baixo custo, os Bancos Comunitários têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida da população que usufrui do benefício. Os serviços prestados por estes auxiliam no processo de organização da comunidade, fomento da economia local e estabilização do consumo. Tendo em vista importância destas iniciativas para o desenvolvimento regional o presente artigo busca abordar a importância do crédito alternativo proposto pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, através de suas Moedas Sociais, no processo de desenvolvimento econômico regional/local. Para tanto o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na segunda seção discute-se as definições de moeda e seu papel na sociedade, bem como o papel do crédito para o desenvolvimento. Na terceira seção são caracterizadas as moedas sociais e os bancos comunitários de desenvolvimento pautados na Economia Solidária. A quarta seção aborda a experiência pioneira do Banco de Palmas no processo de criação de uma moeda solidária, bem como na viabilização do estímulo à economia local. As considerações finais apresentam o sucesso da iniciativa pioneira do Banco de Palmas e a importância da propagação desta para a contribuição do desenvolvimento regional principalmente em comunidades mais carentes.

Palavras-chave: Economia Solidária; Moeda Social; Banco Comunitário de Desenvolvimento.

Abstract

Economic growth and economic development are important for all countries and one of the goals of most governments. However, development policies do not always have the necessary scope to reach all, leaving a significant part of the population outside this process. In this context the Community Banks appear as an alternative to provide local development without the direct involvement of the State, even without costs to it. These enable the local and solidarity development of the region in which they settle by the offer of low-cost credits, the Community Banks aim to improve the quality of life of the population that benefits. The services provided by these assist in the process of community organization, promotion of the local economy and stabilization of consumption. In view of the importance of these initiatives for regional development, this article seeks to address the importance of alternative credit proposed by the Community Development Banks, through their Social Currencies, in the process of regional/local economic development. For this the article is structured in five sections, including the introduction and the final considerations. The second section discusses definitions of money and its role in society, as well as the role of credit for development. In the third section are characterized the social currencies and community development banks based on the Solidarity Economy. The fourth section discusses the pioneering experience of Palmas Bank in the process of creating a solidarity currency, as well as the viability of stimulating the local economy. The final considerations show the success of the pioneering initiative of the Palmas Bank and the importance of the spread of this to the contribution of regional development mainly in poor communities.

Keywords: Solidarity economy; Social Currency; Community Development Bank.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (2010), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Atua principalmente nas áreas: Crescimento e Desenvolvimento Econômico, Políticas Monetária, Fiscal e Industrial, Economia do Trabalho, Pobreza e Políticas Sociais. E-mail: eloha.cabreira@gmail.com

² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual (UEM). E-mail: carol.masiero@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A evolução do sistema capitalista contribuiu para o aprofundamento acelerado das desigualdades sociais, um dos problemas inerentes do próprio sistema. Para minimizar a desigualdade o governo passou a intervir mais fortemente na economia, por meio políticas públicas e da implementação de um Estado de Bem Estar Social. Contudo, a capacidade de intervenção é limitada, especialmente em um país com a dimensão territorial como o Brasil e com restrições orçamentárias, não conseguindo atingir todas as regiões que necessitam de incentivos para o desenvolvimento local, a superação da pobreza e de desigualdades sociais. Neste contexto, surgiram iniciativas locais visando estimular o desenvolvimento de regiões que ficaram à margem da ajuda e estímulos governamentais, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que fornecem crédito à comunidade local para ser dispendido nos empreendimentos da região.

O propósito dessa pesquisa consiste em propiciar o entendimento da importância do crédito alternativo proposto pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, através de suas Moedas Sociais, no processo de desenvolvimento econômico regional/local. Objetiva-se destacar o potencial dos Bancos Comunitários para o crescimento da região em que se inserem, apresentando-os como um meio de impulsionar o desenvolvimento local, bem como a experiência pioneira do Banco de Palmas nesta empreitada.

Tendo em vista o interesse dos Governos no crescimento e desenvolvimento econômico, mas sua limitada atuação nesta área, seja por deficiências orçamentárias ou por políticas pouco abrangentes, estudar alternativas às políticas públicas para alcançar o desenvolvimento é de extrema importância. Os Bancos Comunitários surgem como uma opção para proporcionar desenvolvimento local sem o envolvimento direto do Estado, inclusive sem custos a este.

O assunto abordado no presente estudo é ainda pouco difundido no âmbito nacional, sendo assim justificável o tema escolhido para avançar na pesquisa sobre a economia solidária, no que envolve os Bancos Comunitários e Moedas Sociais.

O artigo está estruturado em 3 seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção discute-se as definições de moeda, seu papel na sociedade e o papel do crédito para o desenvolvimento. Na segunda seção são caracterizadas as moedas sociais e os bancos comunitários de desenvolvimento pautados na Economia Solidária. A terceira seção aborda a experiência pioneira do Banco de Palmas no processo de criação de uma moeda solidária, bem como na viabilização do estímulo à economia local.

2 MOEDA E DESENVOLVIMENTO

A moeda é uma criação social que se originou há muito tempo na história dos seres humanos, há vestígios de sua existência na maior parte das sociedades, não importando sua constituição ou organização, sendo elas associadas ou não ao Estado (THÉRET, 2008).



O surgimento da moeda ocorreu a partir do desenvolvimento de fórmulas para efetuar as trocas dos produtos e bens nas sociedades humanas. Em alguns casos as trocas se fundamentavam em padrões monetários de valor material, utilizando-se produtos de origem mineral, animal e até mesmo vegetal. Em outros casos os grupos baseavam suas relações comerciais através da troca de objetos, que possuíam valor simbólico e cultural, não necessariamente tinham uma utilidade prática, como por exemplo, conchas e adornos. Em determinado momento essa constante troca de mercadorias estimulou a criação de feiras, muitas delas alcançaram grande importância econômica e social em diversas regiões, como por exemplo, as feiras realizadas no Oriente Médio ou na Europa Mediterrânea. Esse tipo de comércio surgiu muito antes da formação do sistema capitalista ou da origem das moedas nacionais (BÚRIGO, 2001).

Todavia, foi a partir da consolidação dos Estados Nacionais e do estabelecimento da produção capitalista que a moeda começou a absorver novas funções e percepções. Com essa mudança na estrutura social e econômica a moeda se tornou sinônimo de riqueza e de poder. Autores como Marx e Weber discutiram a importância do dinheiro na sociedade devido a essa mudança. Marx, por exemplo, analisou como o dinheiro se transforma em capital e os conceitos por ele criados, como o valor de uso e valor de troca das mercadorias comercializadas no sistema capitalista (BÚRIGO, 2001).

Os pensamentos heterodoxos da economia, como as visões da Marx e Keynes, que abordam os aspectos monetários, consideram a moeda como peça fundamental na conexão e coordenação econômica. No entanto, para a corrente ortodoxa a moeda é única e exclusivamente um facilitador das trocas nas relações comerciais, não afetando os fatores reais da economia como nível de emprego e produção (VAL; LINHARES, 2008).

Os ortodoxos defensores da Lei de Say³ aceitam que é a moeda quem garante o equilíbrio no mercado de bens e fatores, e adotam a teoria da neutralidade da moeda. Por outro lado, os heterodoxos, aqueles que se contrapõem a Lei de Say, defendem que há razões para os agentes reterem moeda fora do fluxo circular de renda, fato conhecido como entesouramento, o que explica as alterações nas variáveis reais devido à moeda, ou seja, a não neutralidade da moeda. Essa corrente de pensadores também reconhece a instabilidade da demanda de moeda (VAL; LINHARES, 2008).

A moeda, de acordo com Marx, tem a função de servir como meio de troca para as mercadorias, além disso, a própria moeda é uma unidade de troca que facilita as permutas no sistema capitalista, assim como foi em outros sistemas. O papel-moeda em si não possui valor, é um símbolo de valor que representa uma quantidade de ouro ou qualquer outra mercadoria, expressando o seu valor. O dinheiro quando assume sua função social de meio de pagamento abre a oportunidade para o surgimento do crédito, onde são emitidos e circulados certificados das dívidas das mercadorias vendidas repassando a terceiros o direito de se exigir o pagamento dessas dívidas certificadas (MARX, 2016).

Keynes, destaca a não neutralidade da moeda na economia. Ao considera-la um ativo capaz de induzir as tomadas de decisões, as quais resultam em efeitos de alto impacto no nível da atividade econômica (VAL; LINHARES, 2008).

³ Toda oferta cria sua própria demanda, e toda demanda de moeda é estritamente direcionada para o fluxo circular de renda, não havendo retenção da moeda.



Segundo Lavinias e Ferraz (2010), o financiamento, através de créditos, como suporte à atividade econômica tem uma função estratégica e fundamental no desenvolvimento de um país. O crédito atua como um catalisador do processo de crescimento econômico. As famílias quando possuem acesso ao crédito, combinado a um caminho promissor de renda e emprego, aumentam o consumo de bens e serviços, o que aquece a demanda e, melhorando o bem-estar das próprias famílias, que recebem o crédito.

Keynes (1988), destaca que esse aumento da demanda estimula a produção, o investimento, gerando emprego e renda, bem como elevação da demanda.

[...] de um lado o volume de emprego (e por consequência o da produção e da renda real) é fixado pelo empresário sob o motivo de procurar maximizar seus lucros presentes e futuros (sendo a previsão correspondente ao custo de uso determinada segundo a maneira como ele concebe a utilização do equipamento para que este lhe proporcione, no curso de sua duração, um rendimento máximo); de outro lado o volume de emprego que lhe proporcionará este máximo de lucros depende da função da demanda agregada determinada pelas suas previsões de venda que, nas diferentes hipóteses, devem resultar, respectivamente, do consumo e do investimento (KEYNES, 1988, p. 66).

A importância do investimento para o crescimento econômico deriva do seu efeito multiplicador, ou seja, o investimento realizado impacta na economia em um volume maior que o investido, o produto cresce mais que o volume do investimento inicial. Quando uma empresa aumenta o volume produzido elevará a demanda de insumos, tendendo a elevar o volume de empregados, conseqüentemente esta amplia a renda e poder de consumo das famílias dos empregados e também dos empresários (fornecedores). A demanda agregada eleva-se e com as expectativas positivas, os empresários tendem a elevar a produção, gerando crescimento econômico (KEYNES, 1988).

Contudo, um dos motivadores do investimento é a demanda efetiva, e o crédito pode atuar favoravelmente tanto ao estimular o consumo, quanto ao possibilitar os investimentos produtivos.

O crédito, quando analisado na visão da não neutralidade da moeda, potencializa o processo de acumulação descrito por Marx, pois reduz o tempo de produção e circulação das mercadorias, ao dar o impulso inicial, antecipando a produção sem que necessariamente haja lastro em poupança prévia (VAL; LINHARES, 2008).

De acordo com Marx (2016), o próprio desenvolvimento do processo de circulação de mercadorias do sistema capitalista contribuiu para a dissociação entre a aquisição a mercadoria e seu pagamento, ou seja, para o dinheiro adquirir a função de meio e pagamento e para o surgimento do crédito.

O dinheiro de crédito decorre diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, circulando certificados das dívidas relativas às mercadorias vendidas, com o fim de transferir a outros o direito de exigir o pagamento delas. À medida que se amplia o sistema de crédito, desenvolve-se a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro (MARX, 2016, p. 166).



Antes do crédito, era preciso vender primeiro para poder comprar, depois de seu surgimento e disseminação é possível comprar meios de produção, produzir, vender as mercadorias e depois pagar o valor da compra inicial dos meios de produção (MARX, 2016)

Barone e Sader (2008), estudaram diferentes formas de créditos voltados para o consumo das famílias, entre elas a microfinanças se destacam. Microfinanças é a oferta de serviços financeiros, como o crédito para consumo, para a população de baixa renda, que usualmente não possuem acesso a empréstimos ou financiamentos através do sistema financeiro tradicional. São pequenos empréstimos destinados a população mais pobre que geralmente não possuem garantias de pagamentos.

Levando em consideração a teoria da demanda econômica, como apontada por Keynes, o acesso ao crédito para consumo incentiva a população a consumir, conseqüentemente expande a demanda por bens e serviços e assim requer uma maior produção por parte das firmas, gerando novos empregos no setor. Para o crédito atingir o patamar de desenvolver novos empregos que beneficiem a classe de mais baixa renda da população, através do consumo, deve-se levar algumas coisas em consideração. A população de mais baixa renda não possui alto nível de escolaridade, assim não seriam tão beneficiadas com o aumento de emprego nas firmas, impulsionados pelo aumento da demanda. É necessário então incluir políticas públicas capacitar essa parcela da população, além da concessão de crédito (BARONE; SADER, 2008).

Segundo Jayme Jr (2005), existe uma enorme concentração de crédito nas regiões mais desenvolvidas, que apresentam uma menor incerteza e uma preferência pela liquidez. O setor de crédito é um espelho da economia real das regiões, o que contribui imensamente para os rumos das desigualdades regionais.

Nas regiões periféricas as redes bancárias são menos desenvolvidas, o que explica sua menor capacidade de ofertar crédito, do que as das regiões de centros econômicos. Além disso, nas regiões periféricas a renda da população é menor, o que dificulta o acesso aos bancos, e há um volume de depósitos menor em relação à renda, pois a população prefere a retenção do papel-moeda (JAYME JR, 2005).

Para autores Pós-Keynesianos como Paul Davidson, Hyman Minsky e Jan Kregel, as diferenças nas estruturas das diversas regiões de um país geram um círculo vicioso, que amplia as desigualdades, em vez de reduzi-las. Na periferia, locais mais atrasados, com maior incerteza, tem menor disponibilidade de crédito. A falta de investimento nessas regiões aumenta mais ainda a incerteza, o que desestimula os investimentos, assim segue o círculo vicioso descrito. Nas áreas mais desenvolvidas o ocorre o contrário, há abundância de crédito que impulsionam os investimentos (FIGUEIREDO, 2006).

Schumpeter (1997, p. 75), define desenvolvimento como mudanças da vida econômica que não são impostas por fatores externos, mas sim fatores que surgem da própria iniciativa:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes.



Santos (2002) sugere um conceito de desenvolvimento local no qual o desenvolvimento é tratado de baixo para cima, neste a sociedade civil constitui o principal alicerce para o processo de construção coletiva. De acordo com tal conceito, a comunidade tem a capacidade de decidir sobre seu desenvolvimento. Esse novo processo de construção coletiva tem um potencial na esfera econômica, podendo chegar à esfera política e produzir um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão, antes definidas para a população de menor renda.

Assim, o modelo que orientou as relações sociais mudou, e o foco atual encontra-se no desenvolvimento local entendido como necessário para a construção histórica e social do desenvolvimento do território. Este consiste em um projeto endógeno que resulta da mobilização dos recursos e agentes locais, em harmonia com a natureza e a sustentabilidade (FÉLIX et al., 2009).

Isto posto, a criação e difusão da cultura de bancos de desenvolvimento comunitários, poderia impulsionar o desenvolvimento regional ao criar ou ampliar o acesso ao crédito a população de baixa renda com o intuito de estimular o consumo e, conseqüentemente, a atividade econômica da região, esperando com isso ampliar os negócios locais, o emprego e a renda destas comunidades.

3 OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS

A economia solidária envolve um novo tipo de relacionamento entre a economia e sociedade, criando um laço sociopolítico e econômico para essas experiências (FRANÇA FILHO, 2002).

Os Bancos Comunitários são criados sob as bases da economia solidária, pois abordam uma economia com intuito de melhorar o bem-estar social e humano da comunidade em que está inserido (SILVA JUNIOR, 2007).

As finanças solidárias se enquadram em um cenário de empreendimentos solidários em que as entidades apóiam e fomentam a economia solidária através de atividades e serviços financeiros. Esses empreendimentos dinamizam a economia através da auto-organização política e dessas entidades de apoio e fomento econômico (GARCIA, 2012).

Segundo Silva Junior (2007), a criação de um Banco comunitário é inicializada através da sensibilização sobre a economia solidária e o desenvolvimento territorial para moradores e lideranças comunitárias, bem como os futuros gerentes e agentes de crédito da instituição.

França Filho (2002), entende que as ações que envolvem a economia solidária e Bancos Sociais de Desenvolvimento surgem a partir da exclusão social ou abandono por parte do sistema financeiro tradicional, que não atende a parcela da população de baixa renda. Assim a própria comunidade vê nascer iniciativas locais com um caráter de funcionamento novo, onde a preocupação é fomentar mecanismos que gerem empregos, aumentem a coesão social e a atividade econômica local.

Bancos comunitários não são instituições que visam o lucro através da concessão de suas linhas de crédito, eles têm como objetivo os ganhos sociais do investimento.



Silva Júnior (2007), acredita que o objetivo dos bancos comunitários consiste em restaurar laços sociais que são desconstruídos na realidade de vida das pessoas carentes que são atendidas, pois cria-se uma diferente relação com o dinheiro e abre-se novas formas de organização econômica local. Assim, os Bancos Comunitários conseguem alcançar o desenvolvimento socioeconômico local.

Os Bancos Comunitários são um tipo de empreendimento que fornece microfinanças de uma maneira incomum, pois é baseado em diferentes fontes de financiamento. As formas de atuação desses Bancos incluem a inserção moedas sociais, créditos para os produtores locais, empréstimos com juros subsidiados, aproximando a oferta e a demanda local (FRANÇA FILHO, 2002).

Para França Filho (2002), o motor da atividade econômica em comunidades que atuam com Banco Comunitário é a criação de oferta de microfinanciamentos para a população, uma vez que a lógica da rentabilidade por parte dos bancos não é o agente principal, e sim o atendimento das reais demandas dos grupos locais. Assim é refletida a tentativa da autogeração de riqueza, onde a própria população procura mitigar para seus próprios problemas sociais.

Microfinanças é definida pelo Banco Central do Brasil como um serviço financeiro focada na população de baixa renda, excluída do Sistema Financeiro tradicional, em que há concessão de empréstimos de baixo valor, sem determinação prévia da destinação do mesmo. Esse serviço se mostra adequado e sustentável, pois se baseia em produtos, processos e gestão diferenciado, buscando atender essa parcela da população (SOARES; SOBRINHO, 2008).

Essa forma de crédito se baseia em laços diretos com os empreendedores locais, onde é executada a transação da operação, atendendo as necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte (SOARES; SOBRINHO, 2008).

Silva Júnior (2007), explana que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento criam produtos para atender a demanda do seu público, ofertando o que é necessário para o desenvolvimento socioeconômico do território.

Os Bancos Comunitários geram e ampliam a renda no território em que estão inseridos, sendo aportados pela própria comunidade, através de quatro pilares: (i) fundo de crédito solidário, (ii) criação de moeda social circulante no território, (iii) feiras de produtores da região e (iv) capacitação dos moradores em Economia Solidária. Dessa forma, os Bancos Comunitários se tornam um projeto de apoio às economias de comunidades carentes com o fornecimento de microfinanciamentos, sendo baseados pela economia solidária com o objetivo de fornecer desenvolvimento socioeconômico para o território (SILVA JUNIOR, 2007).

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) um banco comunitário de desenvolvimento se distingue das intuições de crédito convencionais por alguns motivos:

1. A coordenação de um Banco social, bem como a sua gestão de recursos, é efetuada pela comunidade, que se organiza para atingir seus propósitos;
2. As linhas de créditos não têm como objetivo o lucro para a instituição, as linhas de microcrédito para a produção e população tem como propósito a geração de renda e criação de novas oportunidades de trabalho, através de linhas com juros justos que possibilitam esses objetivos;



3. É criada uma relação de comunidade para a concessão e cobrança dos empréstimos, o que cria um controle social e não apenas econômico.

As experiências de bancos comunitários de desenvolvimento e suas moedas sociais surgem da busca pela dinamização do processo de desenvolvimento local, onde se promove um desenvolvimento sustentável socialmente justo e economicamente equilibrado (SOARES, 2006).

Segundo Soares (2006), as experiências que envolvem a criação de moedas sociais compartilham de alguns princípios, mesmo que cada moeda social e sua utilização possuam regras específicas. Esses princípios compartilhados são:

1. Democracia participativa: a gestão da moeda social é feita pela própria comunidade, com transparência administrativa e responsabilidades partilhadas.
2. Continuidade: a certeza de que a moeda será aceita em continuidade nas operações de troca.
3. Confiança: com o reconhecimento, a moeda tem seu papel como um meio de troca reforçado.
4. A moeda é um meio de circulação e não uma forma de se obter lucro: não há juros ou prêmio pela retenção de moedas sociais.
5. Atividade econômica tem intuito de prover bem-estar social: não existe a intenção de se obter lucro.

A criação da moeda social por esses Bancos é um instrumento alternativo de incentivo para o consumo local a partir do momento que é reconhecida por produtores, consumidores e comerciantes, contribuindo para a dinamização das relações da economia local (SILVA JUNIOR, 2007).

Para Soares (2006), a aceitação da moeda social como um meio de troca acontece quando a população confia nela. Sendo assim as moedas sociais são um meio de troca paralelo e, como um "equivalente universal de troca", a moeda social deve ser capaz de cumprir as seguintes funções:

1. Medida de valor: facilita o aceite dos valores relativos das mercadorias;
2. Meio de pagamento: permite que haja intercambio entre os agentes da economia;
3. Reserva de valor: quando bem administrada o valor da moeda social varia muito pouco no tempo.

Em suma, Soares (2006, p. 165) diferencia a moeda nacional das moedas sociais, "em essência a dinâmica da moeda social, além de descentralizada e autônoma, propõe não permitir a usura, e com isso impossibilitar que o dinheiro se transforme em capital financeiro".

Soares (2006), aponta que a moeda nacional/contemporânea tem em seu uso econômico um instrumento para acumulação de capital, enquanto as moedas sociais têm em seu uso um instrumento de desenvolvimento ao facilitar o intercambio de mercadorias, sendo um instrumento de cooperação. O uso social das moedas nacional/contemporâneas tem como pode de centralizar e potencializar o poder por parte daquele que a possui, já as moedas



sociais permitem ser um instrumento de liberdade e exercício de autonomia por parte da comunidade, pois sua gestão é participativa e autônoma.

4 A EXPERIÊNCIA DO BANCO DE PALMAS

O Conjunto Palmeiras surgiu em 1973 em razão do remanejamento de residentes em áreas de risco. Consiste em um bairro-favela situado na periferia de Fortaleza (CE) com cerca de 32 mil habitantes, majoritariamente analfabetos e dependentes da economia informal (FOGUEL, 2013).

Felix et. al. (2009) destacam que desde o final da década de 1970, a comunidade se uniu buscando melhorias no bairro como rede de água e esgoto, telefonia, energia elétrica, etc. Em 1981 as famílias passaram a se organizar através da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp).

Até 1997, em que pesassem os avanços na infraestrutura local do bairro, as condições mais gerais de vida continuavam, amplamente, influenciadas por conjuntura política e econômica superior. Um dado alarmante – contudo até óbvio devido ao quadro socioeconômico do Conjunto Palmeiras – proveniente de uma pesquisa realizada pela Asmoconp naquele ano, apontara que não moravam mais lá em torno de 20% das famílias que participaram das campanhas de mobilização e de pressão para a construção do bairro durante mais de duas décadas. O motivo principal fora a dificuldade econômica de arcar com os custos da melhoria urbana. No caso da água canalizada, isto implicara pagamento da conta mensal de consumo do serviço; no caso do asfaltamento das ruas, implicara acréscimos no imposto predial, que também deveriam ser quitados. A mesma pesquisa constatou que: 1) em 90% das residências, a renda familiar estava abaixo de dois salários mínimos; 2) 80% da população economicamente ativa estava desempregada; e 3) os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e às dificuldades na comercialização de seus produtos. Durante aquele ano, a Asmoconp realizou inúmeras reuniões e seminários com os seus habitantes – entre eles o “Habitando o Inabitável II” – para discutir a condição de pobreza econômica local e suas alternativas de enfrentamento. Mais uma vez, a comunidade se mobilizou na busca de soluções para as suas dificuldades. Nesta perspectiva de luta por alternativas de geração de ocupação e de renda, a Asmoconp criou o Banco Palmas, em janeiro de 1998, e implantou uma rede de solidariedade socioeconômica entre produtores e consumidores locais (FELIX et. al., 2009, p. 26).

Com esse projeto a comunidade buscou gerar trabalho e renda que estimularia a produção e o consumo local. O Banco de Palmas foi pioneiro na implementação de práticas de economia solidária em seu território. Sua constituição foi realizada antes mesmo da legislação cabível sobre o assunto ser versada. Segundo Oliveira (2017, p. 1) a história do primeiro Banco Comunitário do país:



[...] começou por meio de muita luta e mobilização de uma comunidade carente, que precisou se virar economicamente, já que eram negligenciados pelo governo local. Dessa vontade de fazer crescer com as próprias pernas, surgiu a famosa Moeda Social Circulante Local, O Palmas, tão conhecida e divulgada pelos arredores do Brasil. Mas essa iniciativa não nasceu de um dia para o outro, ela foi fruto de muita experimentação, diálogo e uma série de parcerias, que hoje se concretizou em um dos produtos financeiros, oferecido pelo Banco Palmas, de maior impacto e visibilidade.

Nascimento (2011) destaca que a concessão dos microcréditos para a produção e o consumo local realizada pelo Banco de Palmas, além de cobrar juros muito baixos, não exigia consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Assim, quando um morador buscava um serviço no Banco, um analista de crédito visitava a família e os vizinhos deste para colher depoimentos que serviriam como aval para o futuro cliente. A aceitação deste como cliente o incluía em toda uma rede de solidariedade.

Como os vizinhos e família serviam de aval ao morador, eles consistiam em um mecanismo de pressão moral sobre o agente para que com isso se mantivesse uma inadimplência baixa buscando manter a sustentabilidade da iniciativa. A baixa inadimplência registrada, entre 1% a 3%, conforme apontado por Nascimento (2011), indica a eficiência desse mecanismo moral.

A primeira experiência de moeda social que o Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras vivenciaram foi o Palmacard. Este consistia em uma moeda em formato de cartão de crédito que permitia o consumo de produtos, mercadorias e serviços no próprio bairro. A aceitação desta por parte do comerciante era vantajosa por permitir a fidelização do cliente, e a vantagem do usuário devia-se ao aumento dos prazos e flexibilidade no pagamento de suas contas, bem como os descontos que os produtores concediam aos pagamentos realizados por meio do Palmacard (OLIVEIRA, 2017).

Esse sistema teve 200 comércios cadastrados e 3 mil famílias no sistema, movimentando cerca de 60 mil reais/mês. Mas foi encerrado em virtude da dificuldade de controle do crédito - toda a transação era anotada no verso do cartão de modo que os comerciantes precisavam controlar se cada cliente ainda tinha limite para o consumo a cada compra - com o aumento do número de participantes. O Banco de Palmas foi inovando nos serviços oferecidos a comunidade até que em 2002 implementou a moeda solidária Palmas (OLIVEIRA, 2017).

Caminha e Figueiredo (2011) destacam que para a implementação da Palmas foi utilizado um recurso financeiro recebido em doação da Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), visando a construção de uma nova sede para a Asmoconp. A quantia recebida foi convertida em moeda social usada para o pagamento da mão de obra da construção e para compra da matéria-prima. Os reais foram emprestados para os comerciantes na forma de crédito, que deveriam pagar ao Banco os empréstimos em Palmas, o que incentivava os comerciantes locais a receberem na moeda social. Estes, inclusive, vendiam com desconto para quem pagasse em Palmas, e depois poderiam converter a moeda social em Real, ou quitar seus empréstimos, na taxa de câmbio de P\$ 1,00 para R\$ 1,00 no Banco Comunitário.



Com efeito, para ser possível o crescimento da economia local, com circulação monetária e maior acesso a linhas de crédito, foi necessária a aquisição de mais recursos. Segundo Otaciana Barros, supervisora dos caixas do Banco Palmas, para conseguir recursos públicos, a saída foi criar uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), denominada Instituto Palmas, uma vez que o Banco Palmas como projeto da Asmoconp encontraria barreiras para a aquisição de recursos junto ao Poder Público (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 120).

Os empréstimos do Banco de Palmas destinado aos consumidores residentes do bairro eram limitados a P\$ 100,00 (cem palmas), sem cobrança de juros, já o crédito para os produtores cadastrados tinha como limite R\$ 5.000,00.

Jaqueline Dutra, gerente financeira do Banco Palmas, afirmou que a área de abrangência da moeda palma já ultrapassa os limites territoriais do bairro, sendo amplamente aceita, inclusive, em bairros vizinhos. Isso é possível porque os comerciantes oferecem descontos quando o pagamento é realizado em palmas. No transporte alternativo, por exemplo, a passagem custa R\$ 1,60 ou P\$ 1,50 (uma palma e cinquenta centavos). É importante lembrar que o valor da palma é indexado ao real, ou seja, P\$ 1 (uma palma) é igual a R\$ 1 (um real). Os descontos são possíveis pelo fato de não haver nenhuma tributação sobre as operações realizadas com palma e devido à cooperação dos comerciantes (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 121).

Esse sistema foi se esgotando ao cumprir sua finalidade de fomentar a economia local, embora tal moeda não tenha se extinguido completamente, sua circulação reduziu-se em comparação com os anos iniciais de sua implementação. Chegou a 100 mil Palmas (valor) em circulação, com 30 mil cédulas impressas (OLIVEIRA, 2017).

Contudo, a moeda social evoluiu com o passar do tempo, surgindo em 2013 o E-dinheiro, um aplicativo de celular, disponível no sistema operacional Android e IOS no qual o usuário faz uma recarga no seu banco comunitário que vincula automaticamente ao número de registro do cliente o valor do crédito permitindo que este faça pagamentos, transferências, depósitos, cobranças, checagem de extrato e até mesmo resgate (OLIVEIRA, 2017).

Assim como os clientes, os produtores também têm um número de celular cadastrado, para que possam receber suas vendas.

O E-dinheiro foi desenvolvido através de uma parceria do Banco de Palmas com uma rede de Bancos Comunitários e uma empresa privada que firmaram um acordo de exclusividade do uso do software pela rede de bancos comunitários por pelo menos 20 anos (OLIVEIRA, 2017).

A taxa de administração do E-dinheiro é 2% referente a valor total da compra, descontada do comerciante, destinada a manutenção do sistema operacional e como receita do Banco Comunitário, revertida em benefício tanto da comunidade e do próprio banco (OLIVEIRA, 2017).



Esse sistema, implementado em 2015, ainda se encontra em vigor, apresentando 20 bancos comunitários em utilização da moeda, com 2 mil usuários na plataforma e 120 comércios cadastrados (OLIVEIRA, 2017).

Para tentar dimensionar os impactos do Banco de Palmas na vida dos seus clientes, Neiva et. al. (2013) realizaram uma pesquisa domiciliar com 201 clientes do Banco de Palmas que executaram operações creditícias entre 06/2011 e 07/2012, em 17 comunidades da região de abrangência do Banco. A pesquisa apontou que a maioria dos clientes estavam abaixo da linha da miséria, e a concessão de crédito ajudou a estabilizar o consumo, a elevar a sensação de segurança financeira destes, além de auxiliar a organização do orçamento familiar. Outra importante contribuição do Banco de Palmas foi no fomento da economia local, 29% dos clientes iniciaram um negócio próprio a partir da concessão de crédito do Banco Comunitário, além disso, houve significativo aumento do faturamento e da renda, juntamente com a fixação de postos de trabalho.

Assim, o Banco Palmas, iniciativa pioneira de Banco Comunitário no Brasil cumpriu e vem cumprindo sua função de estimular a economia local através da concessão de crédito a moradores que não teriam acesso ao sistema bancário tradicional, contribuindo para que a renda gerada na comunidade permaneça nesta ao fidelizar o cliente da comunidade na rede de comércio local.

Seu sucesso pode ser percebido pelo surgimento de novos Bancos comunitários em diversas localidades do território nacional, bem como pela evolução dos sistemas de concessão que possibilita o atendimento da demanda crescente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo abordou a importância de iniciativas de desenvolvimento local tendo em vista a falta de acesso de determinadas regiões a políticas de desenvolvimento por parte do governo, e a importância deste para a vida das pessoas de determinada região.

Embora o crescimento e desenvolvimento sejam desejáveis por parte do governo este nem sempre consegue fomentá-los de modo homogêneo, neste sentido destaca-se a importância de iniciativas autônomas por parte da comunidade que busquem o incentivo ao crescimento da economia local, a geração de emprego e renda.

Neste sentido destacam-se os Bancos Comunitários e as moedas solidárias, que visam atender determinada comunidade limitando a circulação de uma moeda paralela ao real, em dado território com o intuito de estímulo econômico e social regional.

Uma experiência pioneira no assunto foi o Banco de Palmas, que surgiu no bairro-favela Palmeiras, na periferia de Fortaleza, através da associação de moradores visando dinamizar o comércio do bairro ao fornecer crédito a moradores que não possuíam o acesso por bancos comerciais. A criação da moeda solidária Palmas teve como finalidade fidelizar o consumo dos clientes do banco na rede de produção e comércio local.

A evolução das moedas solidárias, a regulamentação dos Bancos Comunitários por parte do governo, a expansão da área de atuação do Banco de Palmas e surgimento de outros Bancos Comunitários no Brasil demonstram o sucesso desta iniciativa no auxílio do consumo,



incentivo ao empreendedorismo na comunidade, crescimento da economia local e garantia de cidadania a pessoas que se encontravam a margem do processo de crescimento e desenvolvimento tradicional.

Estas experiências que fazem parte da economia solidária, devem ser compartilhadas e propagadas visando a inclusão cada vez maior das pessoas no processo de desenvolvimento econômico, garantindo seus direitos de cidadania e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Florianópolis, fev. 2001. Disponível em: <http://www.ifil.org/rcs/biblioteca/burigo.htm>. Acesso em: 22.05.2017.

CAMINHA, U.; FIGUEIREDO, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 1, p. 99-129, 2011.

FELIX, W. J. S.; QUIRINO, R. H. R.; GRANGEIRO, R. R.; SILVA JR., J. T. A Relação entre Tecnologia Social e o Desenvolvimento Local Participativo: a Apaeb e o Instituto Palmas como Expressão destes Vínculos. **Revista ADM.MADE**, v.13, n.2, p.16-33, mai./ago. 2009

FIGUEIREDO, A. T. L. **O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual**: Uma abordagem pós-keynesiana. Texto para Discussão n. 293, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

FOGUEL, F. H. S. Bancos comunitários de desenvolvimento e redes de colaboração solidária: a experiência do banco palmas. **Revista Connection Line**, n. 10, p. 149-180, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

GARCIA, D. B. A contextualização teórica de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **Temas de Administração Pública**, v. 4, n. 7, 2012.

JAYME JR, F. G.; CROCCO, M. Política fiscal, disponibilidade de crédito e financiamento de políticas regionais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33, 6 a 9/12/2005, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A123.pdf>. Acesso em: 30 Jul. 2017

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

LAVINAS, L.; FERRAZ, C. Inclusão financeira, crédito e desenvolvimento: que papel uma renda básica pode jogar nesse processo? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA, 13, 30/06 a 2/07/2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo:



Instituto de Economia da UFRJ e Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010. Disponível em:

<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/InclusaoFinanceiraCreditoeDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 Jul. 2017

MARX, K. O dinheiro ou a circulação das mercadorias. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Cap. 03, p. 119-172. 1v.

NASCIMENTO, A. M. **Moeda palma e o desenvolvimento sustentável do conjunto palmeiras através da economia solidária**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

NEIVA, A. C.; BRZ, J. O. B.; NAKAGAWA, C. T.; MASCARENHAS, T. S. Banco de Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e inclusão financeira e bancária. In: Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 105-178. 1v.

OLIVEIRA, B. M. A. **A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro**. 2017. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>>. Acesso em: 30 Jul. 2017

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário**: serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

SANTOS, B. S.(org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. 3v.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os economistas).

SILVA JUNIOR; J. T. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. **Cadernos Gestão Social**, v. 1, n. 1, p. 34-51, 2007.

SOARES, C. L. B. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 2006. Tese (Doutorado em Ciência) – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOARES, M. M.; SOBRINHO, M.; MICROFINANÇAS, A. D. **O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2008.

THÉRET, B. et al. Os três estados da moeda: Abordagem interdisciplinar do fato monetário. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-28, 2008.

VAL, V. C.; LINHARES, L. O papel da moeda em Marx e Keynes. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 11, n. 14, p. 81-107, 2008.

*Recebido em 07/03/2019
Aprovado em 22/05/2019*